



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL PARA EXAME DO PROJETO DE LEI Nº 2.762 DO EXECUTIVO, DISPONDO SOBRE O ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, nesta cidade e sede do Município de Campo Limpo Paulista, no recinto da Câmara Municipal, situado na Avenida Adherbal da Costa Moreira, duzentos e cinquenta e cinco, aí, às dezoito horas e dez minutos, instalam-se os trabalhos da Audiência Pública convocada pela Câmara Municipal para exame do Projeto de Lei nº 2762, do Executivo, dispondo sobre o Orçamento Municipal para o exercício de 2018, sob a presidência da Vereadora Dulce Amato, presentes também os Vereadores Denis Roberto Bragheti, Professora Cristiane Damasceno, Paulinho da Ambulância e Marcelo de Araújo, contando, ainda, com a presença do Ilmo. Senhor Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, bem como de secretários, diretores e funcionários da Prefeitura e Câmara, além de populares. A Audiência foi devidamente convocada por publicação no jornal regional "O Pêndulo", edição de 27 de outubro a 09 de novembro de 2017, no site da Câmara Municipal e no quadro de avisos do Legislativo. O Presidente da Câmara Denis Roberto Bragheti declara abertos os trabalhos, esclarecendo o objetivo e a fundamentação legal da realização da Audiência Pública, e passa a palavra à Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Contas e Orçamento da Câmara Municipal, Vereadora Dulce Amato, solicitando que este conduza os trabalhos. A Vereadora Dulce Amato informa que a Audiência se destina a examinar o Projeto de Lei nº 2762 do Executivo, dispondo sobre o Orçamento Municipal para o exercício de 2018. Em seguida passa a palavra ao Secretário de Administração e Finanças para suas considerações iniciais. Manifesta-se o Sr. Secretário Municipal, que iniciou sua explanação destacando que o Projeto de Lei dispondo sobre o Orçamento para o ano de 2018 foi devidamente remetido à Câmara no prazo legal, e que o mesmo está compatível com o PPA e a LDO. Esclareceu ainda que a Audiência Pública é uma das formas de participação e controle popular dos atos da Administração Pública no estado social e democrático, pois se trata de uma questão de transparência e responsabilidade social. A base legal do Projeto do Orçamento é a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/64, concluiu. Iniciou sua demonstração indicando os valores de receita e despesa nos exercícios de 2015 e 2016, ambos com déficit, nesse ano de 2017 a previsão é atingir a receita estimada. Apresenta os valores por fonte de recursos totalizando R\$ 174.994.607,20 (cento e setenta e quatro milhões, novecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e sete reais e vinte centavos) de Receita estimada para o exercício de 2018. Na indicação por órgão, competiu à Câmara o valor de R\$ 8.400.000,00 e à Prefeitura Municipal R\$ 166.000.000,00. Discorreu a seguir sobre a estimativa das Receitas Orçamentárias, Receita Corrente e a de Capital, que deduzido o FUNDEB, aponta a Receita prevista para o exercício. Apresenta também quadro comparativo de despesas por departamento. Apresenta demonstrativo de receita conforme sua natureza, as Receitas Tributárias, que são IPTU, e o ISSQN. Informa ainda a previsão da Receita com a CIP (Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública) apontado valor correspondente. Passa a indicar a previsão das despesas de acordo com sua natureza, folha de pagamento e outras. A estimativa das Receitas de Transferências do FUNDEB é de aproximadamente R\$ 42.000.000,00. Ainda demonstrando a composição da Despesa para o exercício de 2018, Reserva de Contingência na ordem de R\$ 3.000.000,00 no orçamento geral. A maior Despesa Corrente é com Pessoal e Encargos, e as Despesas de Capital são divididas em Investimentos e Amortização da Dívida. Nas Despesas por Função sobressai-se a Saúde, a Educação e o Urbanismo. Na descrição da Estrutura dos Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras são discriminadas a Câmara Municipal e a Prefeitura é separada por órgãos, totalizando o orçamento. Prosseguindo a sua apresentação, o Sr. Secretário demonstrou os gastos previstos com o Ensino e a Saúde para 2018. Está prevista a aplicação mínima de 25% do Orçamento com o Ensino, 100,00% de aplicação dos Recursos recebidos do FUNDEB. Ao encerrar sua exposição o Sr. Secretário agradeceu a presença de todos e colocou-se à disposição para responder eventuais questionamentos. Retomou a palavra a Vereadora Dulce Amato

12



Câmara Municipal de Campina Paulista

(Ata Audiência Pública LOA – fls. 02/02)

informando a existência de um munícipe inscrito, Sra. Maria Cândida. Com a palavra a Sr. Maria Cândida alegando que, para os munícipes, leigos na matéria, seria interessante melhor explanação dos percentuais, mesmo em tabela, para que esses possam ter melhores condições de avaliar os gastos com recursos públicos, que falta transparência nesse sentido, que esse peça é muito técnica, sendo preciso melhor elucidar tais questões. Fala ainda a munícipe com relação ao descompasso entre as leis do ciclo orçamentário no primeiro ano de mandato. Finaliza sugerindo a abertura de perguntas on line, para facilitar o acompanhamento por parte dos munícipes. Responde o Senhor Secretário que, de fato, a peça orçamentária é bastante técnica, que infelizmente não chega ao detalhamento de despesa desejado, posto que essa é justamente a execução orçamentária, que é acompanhada pela Prefeitura e pela Câmara Municipal através de audiências públicas. Para execução do orçamento é preciso observar determinadas regras, acompanhando a receita e verificar se os gastos estão dentro daquilo que a receita permite. Finaliza explanando na peça orçamentária onde se encontra as previsões de despesa, mas o detalhamento da despesa será na execução orçamentária. Em sequência a Presidente Dulce Amato disponibilizou a palavra aos Senhores Vereadores presentes. Com a palavra a Vereadora Professora Cristiane a qual indaga ao Secretário se, nesse planejamento orçamentário, foi contemplado algum recurso referente ao Plano de Carreira dos Servidores. Informa o Secretário que, é do interesse da Administração a elaboração do Plano de Carreira, mas que isso só será possível se a despesa de pessoal possibilitar, ou seja, é preciso caber no limite máximo de 54% da receita corrente líquida. Na sequência, com a palavra a Vereadora Presidente da Comissão Dulce Amato, a qual indaga ao Secretário qual os programas constantes na assistência social. Responde o Secretário informando um a um todos os programas previstos na Assistência Social. Com a palavra Vereador Marcelo de Araújo, o qual solicita melhor publicidade das informações, que de fato as informações são muito técnicas, que é preciso facilitar o entendimento para a população, finalizando perguntando quais as providências ou planos do Executivo para aumento de receita. Responde o Secretário que a projeção é de aumento, mas que tudo vai depender de ações do executivo, como exemplo a lei de incentivo fiscal, a qual poderá trazer aumento de receita para o município, dentre outras previstas para o próximo exercício. Sem mais Vereadores para fazer uso da palavra, nada mais havendo a deliberar, o Presidente deu por encerrada a Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei do Orçamento para o exercício de 2018. Dos trabalhos realizados vai lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.


DENIS ROBERTO BRAGHETTI
Presidente da Câmara


DULCE AMATO
Presidente da CFCO